



RELATÓRIO ANUAL 2011

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(n.º 7 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

INDÍCE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	3
2.1	BALANÇOS.....	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	6
2.2.1	PROVEITOS	8
2.2.2	CUSTOS.....	9
2.2.3	RESULTADOS	10
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	11
2.4	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	13
2.5	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	14
3	CONCLUSÃO.....	16

Handwritten signatures and initials:
A. [Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2011, e será **demonstrativo das tendências no sentido do cumprimento do PSF**, por força do n.º 7 do artigo 40.º da LFL.

Assim, a 18 de Setembro de 2009, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro (PSF), bem como a contracção de um empréstimo bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 28 de Setembro de 2009.

O Município do Alandroal celebrou então um contrato de empréstimo, de 9.650.000,00 €, com o BPI a 9 de Outubro de 2009, o qual veio a obter o necessário visto do Tribunal de Contas a 16/03/2010.

Nos pontos seguintes vai ser efectuada uma análise do grau de cumprimento do PSF.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including the name 'Pamela' and the number '2'.

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económico e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

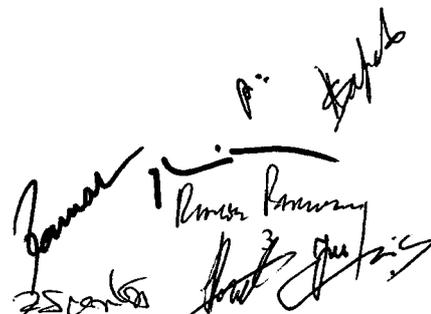
Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2011 face ao Balanço do PSF (ajustado) na mesma data.

Com efeito o Tribunal de Contas solicitou em **01/2010**, um ajustamento às projecções financeiras do PSF (de 2009 a 2021) devido ao facto da contratualização do empréstimo de saneamento se verificar já em 2010.

Cumpre-nos realçar que as principais diferenças verificadas entre os Balanços do PSF (inicial) e Real de 2009, se devem aos trabalhos de fim de exercício (que incluem parte dos valores da auditoria financeira realizada pela DELOITTE) que foram feitos em data posterior à reformulação das projecções financeiras enviadas para o Tribunal de Contas anteriormente referidas.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with horizontal lines underneath.

Mapa 1

BALANÇOS

	Previsão PSF 2010	Real 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio
ACTIVO						
Imobilizado Bruto	60.290.423	61.881.473	3	63.027.423	64.230.108	2
Bens de domínio público	31.640.245	31.640.245	0	31.640.245	31.640.245	0
Imobilizações Incorpóreas	483.181	331.179	-31	483.181	375.254	-22
Imobilizações Corpóreas	9.216.543	6.494.332	-30	11.953.543	6.599.444	-45
Investimentos financeiros	378.949	389.974	3	378.949	389.974	3
Imobilizado Curso	18.571.504	23.025.743	24	18.571.504	25.225.191	36
Amortizações Acumuladas	19.998.867	21.985.567	10	21.951.711	23.858.361	9
Existências	0	0	-	0	0	-
Matérias-Primas	0	0	-	0	0	-
Mercadorias	0	0	-	0	0	-
Outras	0	0	-	0	0	-
Provisões para depreciação existências	0	0	-	0	0	-
Dividas terceiros M/L prazo	0	0	-	0	0	-
Dividas terceiros curto prazo	138.666	763.468	451	147.009	1.207.886	722
Clientes, Contribuintes e Utentes	138.666	294.774	113	147.009	404.016	175
Outros	0	468.694	-	0	803.870	-
Provisões para cobranças duvidosas	0	66.847	-	0	81.701	-
Disponibilidades	534.021	1.172.462	120	1.042.309	1.035.904	-1
Acréscimos e Diferimentos	16.236	39.802	145	16.236	35.161	117
TOTAL ACTIVO	40.980.478	41.804.792	2	42.281.266	42.568.997	1
PASSIVO						
Provisões para riscos encargos	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros M/L Prazo	12.941.374	13.164.598	2	12.383.751	12.869.233	4
Dividas instituições crédito	12.842.919	13.103.773	2	12.353.313	12.845.555	4
Dividas Fornecedores Imobilizado	98.455	60.825	-38	30.438	23.679	-22
Outras Dividas	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros curto prazo	277.477	5.132.436	1.750	276.077	6.967.582	2.424
Dividas instituições crédito	0	645.000	-	0	601.220	-
Fornecedores	207.861	2.749.436	1.223	209.940	3.400.499	1.520
Estado e outros entes públicos	68.990	136.938	98	65.505	45.583	-30
Outras Dividas	626	1.601.062	255.661	632	2.920.280	461.970
Acréscimos custos	108.920	345.297	217	108.920	299.849	175
Proveitos Diferidos	4.922.930	5.669.928	15	6.041.536	6.915.255	14
TOTAL PASSIVO	18.250.701	24.312.258	33	18.810.284	27.051.919	44
FUNDOS PRÓPRIOS						
Património	26.104.269	26.212.541	0	26.104.269	26.212.541	0
Reservas	64.103	64.103	0	64.103	64.103	0
Resultados Transitados	-3.492.159	-7.052.958	102	-3.438.596	-9.405.406	174
Resultados Líquidos	53.563	-1.731.153	-3.332	741.204	-1.354.161	-283
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	22.729.777	17.492.533	-23	23.470.982	15.517.078	-34
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	40.980.478	41.804.792	2	42.281.266	42.568.997	1

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2011.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

[Handwritten signatures and marks]

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2010	Real 2010	% Desv.	Previsão PSF 2011	Real 2011	% desv.
Vendas	230.105	271.745	18	232.406	279.151	20
Produtos	230.105	271.745	18	232.406	279.151	20
Mercadorias	0	0	-	0	0	-
Prestação serviços	562.270	902.351	60	607.645	449.394	-26
Outros prov. e ganhos operac.	0	6.951	-	0	34.480	-
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-
Impostos e Taxas	704.103	430.160	-39	721.812	565.175	-22
Transf. e Sub. Obtidos	6.534.591	6.523.382	0	6.599.937	6.049.630	-8
Trabalhos Própria Entidade	0	0	-	0	0	-
Prov. ganhos fin.explo.	0	0	-	0	0	-
Dif.câmbio destav.	0	0	-	0	0	-
Descontos pp obtidos	0	0	-	0	0	-
TOTAL PROVEITOS	8.031.070	8.134.589	1	8.161.800	7.377.828	-10
C.M.V	0	0	-	0	0	-
Mercadorias	0	0	-	0	0	-
Produtos	0	0	-	0	0	-
Form. Serv. Ext.	2.375.559	3.143.088	32	2.399.315	2.681.233	12
Subcontratos	200.560	118.312	-41	202.565	142.304	-30
Trabalhos Especializados	175.255	1.410.450	705	177.008	794.169	349
Electricidade/Combustíveis	243.898	213.577	-12	246.337	201.610	-18
Honorários	242.809	142.004	-42	245.237	198.013	-19
O.F.S.E	1.513.037	1.258.746	-17	1.528.168	1.345.137	-12
Custos com pessoal	3.566.256	3.911.662	10	3.601.918	3.332.317	-7
Amortizações	1.825.994	1.954.585	7	1.952.844	1.952.844	0
Provisões	0	27.565	-	0	14.854	-
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	194.078	419.426	116	196.019	394.886	101
Outros custos exploração	3.575	24.363	581	3.611	9.595	166
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	-	0	0	-
Dif. câmbio desta.	0	0	-	0	0	-
Desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	7.965.463	9.480.688	19	8.153.707	8.385.728	3
RESULTADOS EXPLORA.	65.607	-1.346.099	-2.152	8.093	-1.007.900	-12.555
Prov. e ganhos extraor.	508.892	496.059	-3	1.220.835	244.465	-80
Cust. e perdas extraord.	235.490	394.722	68	237.845	449.154	89
R. ANTES FUN. FINANC.	339.009	-1.244.761	-467	991.083	-1.212.589	-222
Prov. e ganhos finance.	26.225	619	-98	51.740	274.578	431
Cust. e perda.financ.	311.671	487.010	56	301.618	416.149	38
juros suportados	311.671	464.148	49	301.618	412.256	37
outros	0	22.863	-	0	3.893	-
RESUL. ANTES IMPOSTOS	53.563	-1.731.153	-3.332	741.204	-1.354.161	-283
Imp. Sobre Rendimento	0	0	-	0	0	-
RESULTADOS LIQUIDOS	53.563	-1.731.153	-3.332	741.204	-1.354.161	-283

Nota:

a) No que diz respeito às amortizações do exercício assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.

Amador A. Defante
Amador A. Defante
Amador A. Defante
Amador A. Defante
Amador A. Defante

2.2.1 PROVEITOS

A rubrica “**Vendas de Produtos**” (relativa à água de abastecimento público) está 20% acima da previsão do PSF.

No que diz respeito à prestação de serviços (queda de 26%) as rendas da EDP (no valor de 274.066,04 Euros), que anteriormente eram contabilizadas nesta rubrica, passaram a ser registadas na conta 783 (rendimentos de imóveis) o que, no essencial, originou a evolução a que se fez referência.

De realçar a rubrica “**Outros proveitos e ganhos operacionais**”, não prevista no PSF, com um valor de 34.479,54 Euros respeitantes, no seu essencial, à venda de produtos alimentares e bebidas e também à alienação de sucata.

Na rubrica “**Impostos e taxas**” verifica-se uma tendência para a redução de 22% (como resultado da diminuição da actividade económica nacional), face ao previsto no PSF.

Na rubrica “**Transferências e subsídios obtidos**”, verifica-se um valor 8% abaixo do estimado no PSF devido à redução e ao corte das transferências do Estado, que tem origem nas restrições orçamentais imposta pela UE e no excesso de endividamento líquido de 2008 (em 2011 o valor do corte foi de 345.619,22 Euros).

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 80%, devido ao facto de não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 452.445 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos devem ser transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, sendo o lançamento contabilístico efectuado no final de cada ano.

Por outro lado, apenas foi obtida uma pequena parte da receita referente à alienação dos prédios prevista no PSF (em 2010 não foram alcançados os 135.000 € estimados e em 2011 apenas foram obtidos 26.345,15 €, respeitantes ao loteamento das Caraças, dos 768.390 € do PSF).

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” estão muito acima do estimado em virtude da contabilização nesta rubrica das rendas da EDP (no valor de 274.066,04 Euros que anteriormente eram registadas na rubrica prestação de serviços). Importa realçar o facto de não terem sido obtidas as rendas da produção solar (previsão de 50.502,50 € em 2011).

2.2.2 CUSTOS

Na rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” podemos verificar um valor acima do previsto no PSF (12%) devido ao forte incremento dos “trabalhos especializados”, nomeadamente os relativos a trabalhos de acção educativa e de electricista. Por outro lado, aquele crescimento resultou dos aumentos do preço da água para abastecimento público, das prestações de serviços na recolha e tratamento de efluentes, e ainda na recolha de resíduos sólidos e urbanos.

O crescimento significativo dos **preços unitários de bens e serviços** essenciais para o Município (acima das taxas de inflação prevista e real), conforme foi referido anteriormente, teve forte impacto na evolução negativa dos fornecimentos e serviços externos. O quadro seguinte retrata a situação descrita:

MUNICÍPIO DO ALANDROAL AUMENTO PREÇOS UNITÁRIOS DE 2009 A 2011

Produto	Ano	%
Abastecimento Água	2009/2010	6,15
Recolha de Efluentes	2009/2010	6,15
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	2009/2010	4,07
Energia Eléctrica	2009/2010	2,90
Abastecimento Água	2010/2011	4,76
Recolha de Efluentes	2010/2011	4,76
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	2010/2011	1,01
Energia Eléctrica	2010/2011	3,80
Abastecimento Água	média anual	5,46
Recolha de Efluentes	média anual	5,46
Recolha de resíduos sólidos e urbanos	média anual	2,54
Energia Eléctrica	média anual	3,35
Taxa inflação PSF		1,00
Taxa inflação real (Fonte: Banco Portugal)	2009/2010	1,40

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 7% abaixo da estimativa do PSF, em particular devido às medidas previstas no Orçamento de Estado de 2011 (em especial o corte nos salários) e também à redução do número de colaboradores do Município em 4 pessoas durante o ano.

Handwritten signatures and notes:
 Páramo
 9
 2011

No que diz respeito à rubrica de “**transferências e subsídios correntes**” a mesma apresenta um valor superior em 101% face ao previsto no PSF, tendência que deverá ser invertida.

Os “**custos e perdas extraordinários**” apresentam um valor acima do estimado (89%) em virtude das correções relativas a exercícios anteriores contabilizadas (290.019,81 Euros).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se um aumento de 38% face ao previsto, decorrente do pagamento de juros a fornecedores, bem como dos encargos financeiros com os empréstimos de curto prazo.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma **diminuição dos resultados operacionais** em 2011 em virtude da quebra, em particular, dos impostos e taxas e das transferências e subsídios obtidos, bem como do aumento dos fornecimentos e serviços externos e das transferências e subsídios concedidos.

Os **resultados líquidos** ressentiram-se da já referida redução dos resultados operacionais e da quebra nos resultados extraordinários

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio
Recebimentos			
Saldo da gerência anterior	534.021	1.172.462	120
Total receitas Orçamentais	10.798.148	9.321.097	-14
Receitas Correntes	6.102.376	5.623.195	-8
Receitas de Capital	4.695.772	3.628.958	-23
Receitas Outras	0	68.945	-
Operações de Tesouraria		677.739	-
Total Geral	11.332.168	11.171.299	
Pagamentos			
Total despesas Orçamentais	10.289.859	9.452.959	-8
Despesa corrente	6.670.855	7.025.675	5
Despesa de Capital	3.619.005	2.427.284	-33
Operações de Tesouraria		682.436	-
Saldo para a gerência seguinte	1.042.309	1.035.904	-1
Total Geral	11.332.168	11.171.299	

Os valores da receita corrente e da receita de capital são inferiores ao previsto no PSF em virtude, nomeadamente, da diminuição dos impostos e taxas e das transferências correntes, e ainda de não se terem conseguido as receitas extraordinárias com a venda dos prédios e do valor das transferências de capital ter sido inferior ao estimado.

Em relação à despesa corrente assistimos a um aumento face ao esperado devido ao maior valor pago em juros e outros encargos, bem como pelas transferências e subsídios correntes

concedidas. A despesa de capital é inferior à prevista no PSF devido, em particular, ao menor investimento efectuado.

Importa notar que em 2011 verificou-se desequilíbrio orçamental corrente, que também se verificava no PSF.

Amador P. Duarte
Amador Duarte
12
25/05/12

2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2010 PSF	2010 Real	2011 PSF	2011 Real
FUNDO DE MANEIO	€	411.446	-3.089.857	929.477	-4.606.930
LIQUIDEZ GERAL	%	2	0	4	0
SOLVABILIDADE	%	125	72	125	57
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	55	42	56	36
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	101	91	102	87
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	304	30	441
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	61	87	61	193
CASH FLOW	€	1.879.557	250.997	2.694.048	613.538

Da análise do mapa anterior podemos destacar o seguinte:

- Comportamento altamente desfavorável da liquidez geral e do fundo de maneo;
- Prazo médio de pagamento elevado;
- Prazo médio de recebimento elevado;
- Cash-Flow muito inferior ao previsto.

2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

De seguida apresentamos o Mapa 5 com os indicadores de endividamento.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4		5	6=1-3
2010	Saneamento 31/12/2010	8.94.717,15	6.555.773,72	117.290.185	12.378.140,59	563.233,20	-3.518.184,70	-5.822.366,87
	Real 31/12/2010	8.348.496,85	6.678.797,48	15.778.223,34	13.247.301,16	501.471,82	-7.429.726,49	-6.568.503,68
2011	Saneamento 31/12/2011	8.280.610,55	6.624.488,44	10.671.300,00	11.854.569,97	529.112,7	-2.390.689,45	-5.230.081,53
	Real 31/12/2011	7.515.254,26	6.012.203,41	17.034.599,77	13.057.415,35	433.139,33	-9.519.345,51	-7.045.211,94
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE) a)	15.035.250,69	12.590.450,79	17.034.599,77	13.057.415,35	433.139,33	-1.999.349,08	-466.964,56

Nota:

a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011 (valores apresentados previsionais).

Como evidenciámos no primeiro relatório anual, o excesso de endividamento líquido de 2010 para além do previsto no PSF, teve origem, não só, no aumento imediato (resultante dos trabalhos de fim de exercício) da dívida, no ano de 2009, para além do previsto no PSF ajustado (este plano ajustado teve por base **um balancete de Dezembro antes da rectificação e apuramento de resultados de 2009**), como também, no acréscimo das despesas apenas contabilizadas em 2010 mas relativas a 2009 (e anos anteriores). Isto é, naquele relatório anual de 31/12/2010, conclui-se, após correcção, que **o valor do endividamento líquido em 31/12/2009 seria, afinal, de 15.999.904,69 Euros e o seu excesso de 7.890.172,78 Euros**, enquanto o valor previsto no PSF ajustado (2009) era de 12.783.308,56 Euros e o seu excesso de 4.673.576,65 Euros.

Neste segundo relatório anual, da apreciação do mapa supra verifica-se que entre 31/12/2010 (15.778.223,34 Euros) e 31/12/2011 (17.034.599,77 Euros), houve um aumento do valor do

endividamento líquido em 1.256.376,43 Euros resultante da contabilização de dívida de anos anteriores no montante de 1.202.995,08 Euros.

Por outro lado, o valor do excesso do endividamento líquido, em 31/12/2011, aumentou 2.089.619,02 Euros em relação ao valor do final de 2010 (7.429.726,49 Euros) devido à diminuição no cálculo dos limites de 2010 para 2011 (no valor de 833.242,59 Euros) e à referida contabilização da dívida de anos anteriores.

Em relação ao endividamento de médio e longo prazo, a variação desfavorável do excesso de endividamento resulta da diminuição dos limites entre 2010 e 2011.

No entanto, de acordo com o previsto pelo Orçamento de Estado de 2011 (devido à grave crise económica e financeira e consequente redução das transferências para os Municípios) os limites do endividamento são calculados com base nos respectivos endividamentos em 31/12/2010 (corrigido do valor previsível de retenção de 10% do excesso de endividamento líquido). Assim, **o excesso de endividamento líquido, no valor de 9.519.345,51 Euros, verificado em 31/12/2011, converte-se num excesso de 1.999.349,08 Euros na mesma data.** Por outro lado, **o excesso de endividamento de MLP no valor de 7.045.211,49 Euros converte-se num excesso de 466.964,56 Euros naquela data.**

Saliente-se que este aumento legal dos limites de endividamento e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício que não veio melhorar a situação financeira dos Municípios, em particular o da Alandroal, tanto mais que, no ano de 2012, voltaremos ao método de cálculo dos limites da LFL (e respectivos excessos).

3 CONCLUSÃO

O Município de Alandroal apresenta alguns indicadores inferiores aos previstos no PSF (*vide* mapa 4), nomeadamente, o *deficit* de fundo de maneiro e o cash-flow, que condicionam a prestação de serviços camarários e a realização dos investimentos previstos. Com efeito, o *deficit* significativo de fundo de maneiro, no valor de 4.606.930,00 Euros, em relação ao PSF é um sinal de Desequilíbrio Financeiro Estrutural de Balanço do Município (que se traduz em dificuldades de tesouraria e é potenciador de um aumento das despesas financeiras) pelo que só com receitas extraordinárias (ou com um novo empréstimo) é possível restabelecer aquele equilíbrio e reajustar os objectivos do PSF.

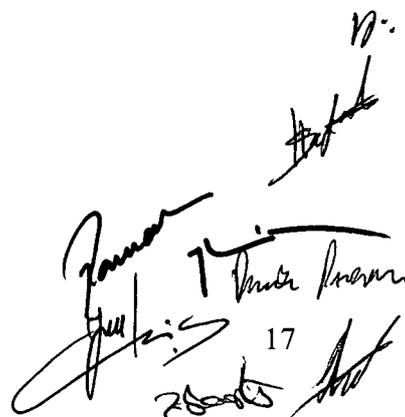
Deste modo, a situação financeira actual das contas municipais obriga o executivo, não só, a continuar a tomar todas as medidas de saneamento financeiro previstas e que são exigidas (após o visto do Tribunal de Contas em 27/10/2009) durante toda a vida do empréstimo (de acordo com o n.º 1 e 2 do art. 4º do referido DL) como também, a esgotar todas as possibilidades e as formas legais de recuperação das suas finanças, como é referido no n.º 2 do art. 8 e alínea b do n.º 1 do art.º 9 do DL n.º 30/2008, de forma a dispensar a intervenção do Estado na resolução do problema do desequilíbrio financeiro.

Saliente-se que, como temos referido em relatórios anteriores, é o próprio Estado que está a dificultar manifestamente essa recuperação financeira pela redução das transferências, não atendendo ao processo de saneamento financeiro em curso. Isto é, a LFL não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução quer da diminuição das receitas quer do aumento dos preços unitários do mercado dos bens e serviços consumidos.

Porém, devido à grave crise económica e financeira nacional (que provocou a redução das transferências para os Municípios), o Estado veio aumentar os limites de endividamento (previsto no artigo 53.º do Orçamento de Estado de 2011), **tentando ignorar a raiz do problema que originou a quase ruptura financeira da maioria dos Municípios**. Acresce que o regresso previsto, no orçamento de 2012, às regras dos limites e dos excessos de

endividamento anteriores (e à obrigatoriedade da sua redução) da lei das finanças locais, se traduz em dificuldades adicionais ao seu cumprimento.

Finalmente, na sequência da nova Lei dos Compromissos para 2012, e face às adversidades anteriormente referidas e às expectativas económico financeiras nacionais, europeias e mundiais sombrias, o executivo de Alandroal vai reforçar as medidas económicas e financeiras, que incluem um controle rigoroso dos investimentos (mesmo que previstos e comparticipados), para que o Município não seja, potencialmente, penalizado com o corte nas transferências anuais do Estado.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page, including the number 17.